

COP-20: VISÃO DA INDÚSTRIA SOBRE O ATUAL ESTÁGIO DO PROCESSO NEGOCIADOR

COP-20: INDUSTRY'S VIEW ON THE CURRENT STAGE OF THE NEGOTIATION PROCESS

COP-20: VISIÓN DE LA INDUSTRIA SOBRE LA FASE ACTUAL DEL PROCESO NEGOCIADOR

Introdução

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o acordo que fundamenta o debate internacional sobre mudanças climáticas no nível mundial. Assinada na Rio 92 e implementada em 1994, a UNFCCC estabelece disciplinas, objetivos e princípios comuns aos seus 195 países signatários sobre os compromissos internacionais na área de mudança do clima.

A UNFCCC também estabelece a Conferência das Partes (COP), órgão supremo da Convenção, que zela pela implementação de seus compromissos e quaisquer outros instrumentos legais que a COP venha a estabelecer dentro desse acordo.

Este documento apresenta a visão geral do setor industrial brasileiro sobre o processo negociador que se desenvolverá em Lima, no Peru, de 1 a 12 de dezembro de 2014, por ocasião da vigésima sessão da Conferência das Partes (COP-20).

Introducción

La Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (CMNUCC) es el acuerdo que fundamenta el debate internacional sobre cambio climático en el ámbito mundial. Firmada en la Rio 92 e implementada en 1994, la CMNUCC establece disciplinas, objetivos y principios comunes a los 195 países signatarios sobre los compromisos internacionales en área de cambio climático.

La CMNUCC también establece la Conferencia de las Partes (COP), organismo supremo de la Convención, que vela por la puesta en marcha de sus compromisos y cualquier otro instrumento legal que la COP establezca dentro de dicho acuerdo.

El presente documento presenta la visión general del sector industrial brasileño sobre el proceso negociador que se desarrollará en Lima, Perú, del 01 al 12 de diciembre de 2014, en ocasión de la vigésima sesión de la Conferencia de las Partes (COP-20).

Introduction

The UN Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) is the agreement that underpins the international debate on climate change at global level. Signed at the Rio 92 Conference and implemented in 1994, the UNFCCC sets out disciplines, objectives and principles for its 195 signatory countries on international commitments in the area of climate change.

The UNFCCC also established the Conference of the Parties (COP), the supreme body of the Convention, which monitors the implementation of its commitments and any other legal instruments that the COP may establish under that agreement.

This paper presents the views of Brazilian industry on the negotiation process that will be carried out in Lima, Peru, between December 1 and 12, 2014, on the occasion of the twentieth session of the Conference of the Parties (COP-20).



Processo de consulta pública para o novo acordo (pós-2015)

É cada vez mais relevante a participação do setor privado no processo de elaboração e implementação das decisões acordadas no âmbito da Convenção-Quadro. As negociações baseadas na abordagem *top-down*, nos moldes do Protocolo de Quioto, estão cedendo espaço para as tratativas baseadas em valores que surgem da base (*bottom-up*), em que os países informam, de acordo com suas capacidades, o nível de comprometimento que pode ser objeto de negociação.

De fato, o nível de ambição com que cada país se comprometerá nesse novo arranjo é o item de negociação mais complexo da agenda atual da UNFCCC. Os compromissos de cada uma das partes compõem o compromisso multilateral global que será definido no final do ano em Paris; e esses compromissos deverão ser apresentados até o primeiro semestre do corrente ano, conforme deliberado em Varsóvia.

A base desse novo acordo, portanto, são as chamadas “contribuições nacionalmente determinadas” (NDC), que representam o pretendido aporte de cada país ao esforço global de combate à mudança do clima.

É de extrema relevância que o governo brasileiro se comprometa junto à comunidade internacional a compromissos que sejam factíveis na esfera nacional, definidos de acordo com a atual estrutura e nível de desenvolvimento do país.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), com vistas a ampliar a legitimidade e o grau de ambição nas negociações, deu início a um processo consultivo amplo, que culminará com o estabelecimento de suas “contribuições nacionalmente determinadas”. Conforme decisão obtida em Varsóvia, os países deverão comunicar tais contribuições à UNFCCC em período anterior à COP-21, que se realizará em Paris em dezembro de 2015.

A Rede Clima da Indústria Brasileira reconhece o esforço do MRE em promover um diálogo frutífero com a sociedade brasileira, que tem facilitado e conferido efetividade à participação do setor industrial na formação do posicionamento nessa agenda.

A indústria brasileira, em que pese ter uma responsabilidade muito pequena nas emissões de gases de efeito estufa no Brasil, acredita que tem muito a contribuir nesse caminho mundial rumo a uma economia de baixo carbono.

É preciso, no entanto, que sejam implementadas políticas públicas nacionais que estimulem a adoção de soluções de baixo carbono na indústria, preservando sua competitividade, bem como a aplicação de incentivos que permitam utilizar combustíveis e fontes energéticas menos emissoras.

A indústria brasileira tem participado efetivamente desse processo de preparação nacional, contribuindo com o MRE na elaboração de posição de governo que será levada à negociação multilateral sobre mudança do clima. Vale mencionar, inclusive, que este documento procurou seguir o mesmo raciocínio adotado pelo relatório que consolidou as contribuições da sociedade brasileira na primeira fase de consultas.

Mitigação

A contribuição do Brasil ao novo acordo sob a Convenção deve privilegiar ações de mitigação que gerem benefícios coletivos e que reduzam a taxa de crescimento das emissões como um todo, de forma a promover o desenvolvimento sustentável do país, bem como oportunidades econômicas e melhorias na qualidade de vida.

Com relação ao horizonte temporal, a indústria brasileira entende que o novo acordo sob a Convenção poderá assumir o ano de 2030 como primeiro horizonte temporal para a implementação e o cumprimento das ações de mitigação da contribuição nacional, podendo ser eleita uma data de referência intermediária.

Um aspecto de grande complexidade e relevância é a modalidade para mensuração da contribuição dos países na redução de emissões. É preciso compreender melhor as implicações econômicas de cada uma das modalidades





que estão na mesa de negociações, para que o setor possa se posicionar com segurança. É possível, até mesmo, se mostrar oportuna a criação de uma nova modalidade, que atenda melhor aos interesses do país.

De qualquer modo, o setor industrial entende que tal metodologia de referência deve:

- ✓ quantificar a contribuição histórica dos países para as mudanças climáticas;
- ✓ garantir que eventuais compromissos de redução de emissões assumidos pelo Brasil não representem restrições a operações de comércio internacional;
- ✓ promover o estabelecimento de incentivos a processos industriais que tenham menor intensidade de carbono ou que potencialmente possam vir a ter esse diferencial comparativo; e
- ✓ garantir que eventuais compromissos de redução de emissões assumidos pelo Brasil não representem restrições a operações de comércio internacional.

Internamente, é preciso reconhecer a baixa contribuição do setor industrial brasileiro à mudança do clima. Isso implica, inclusive, em considerar as ações tomadas antecipadamente para redução de emissões no setor.

Adaptação à mudança do clima

O Brasil é um país bastante vulnerável à mudança do clima, não somente por sua localização geográfica e diversidade biológica e ecossistêmica, como também por suas características socioeconômicas. Diante disso, o país começa a envidar esforços, nas arenas nacional e internacional, para minimizar os efeitos adversos atuais e futuros de tal mudança, e também explorar eventuais oportunidades.

As mudanças climáticas representam uma fonte séria de risco e, portanto, a adaptação é a resposta para minimizar os impactos ou explorar oportunidades. A avaliação de risco é uma tarefa complexa, com muitas incertezas associadas, assim como exige uma abordagem multidisciplinar sobre os aspectos científicos, sociais e econômicos associados.



Embora ações de mitigação requeiram uma resposta conjunta e coordenada em nível internacional, as iniciativas em adaptação deverão ser definidas e implementadas em nível nacional ou mesmo regional, pois os impactos e as vulnerabilidades são específicos para cada local.

É imperativo, ainda, obter um incremento do conhecimento científico e uma interpretação mais refinada dos dados existentes, para que sejam construídos cenários mais confiáveis e úteis para o enfrentamento das mudanças esperadas. Com isso, o diálogo sobre o tema será mais qualificado e, conseqüentemente, a agenda será fortalecida.

Para coordenar melhor essa agenda, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estabeleceu a Câmara Técnica (CT) de Adaptação, formada por membros das Redes Clima, Água, Biodiversidade e Floresta. Desde o seu estabelecimento, em fevereiro de 2014, a CT tem buscado a melhor estratégia para conhecer os riscos climáticos a

que a indústria está exposta, para identificar suas vulnerabilidades e também para minimizar os impactos negativos e maximizar as oportunidades.

Nesse sentido, a indústria estará apta para contribuir de maneira mais qualificada com o Plano Nacional de Adaptação, que poderá ser apresentado como parte da contribuição nacional do Brasil ao novo acordo sob a Convenção.

Meios de Implementação

A indústria entende que a contribuição do Brasil ao novo acordo poderá ser, ao menos em parte, implementada com recursos próprios, sem abrir mão de apoio internacional ou da utilização de mecanismos sob a Convenção.





Princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas

A indústria brasileira defende a manutenção da aplicação do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” para orientação da contribuição do Brasil ao novo acordo. A distribuição do esforço global de mitigação deve manter a perspectiva histórica de responsabilização dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que caberia ao Brasil, junto a outros grandes países em desenvolvimento, assumir contribuições mais ambiciosas do que os demais países em desenvolvimento.

Nesse contexto, corroborando o que a indústria já informou em ocasiões anteriores, é fundamental que

nas negociações sobre o futuro do regime sejam considerados: *i)* as incertezas do cenário econômico global; *ii)* a super oferta de produtos industrializados no mercado mundial; *iii)* o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil em 2013; *iv)* a dificuldade das empresas brasileiras para fazer novos investimentos e absorver custos adicionais sem perder a competitividade; *v)* a segurança energética brasileira, que ainda requer a correspondente oferta de combustíveis fósseis para atender ao desenvolvimento econômico nacional; e *vi)* o acesso à melhoria da qualidade de vida das populações carentes no nível global e nas diferentes regiões.

O documento “Visão da Indústria Sobre o Atual Estágio do Processo Negociador” foi construído em diálogo e colaboração com as instituições que compõem a Rede Clima da Indústria Brasileira. A Rede Clima é coordenada pela CNI e tem como membros as Federações de Indústrias dos Estados, Associações Setoriais e algumas grandes empresas, que participam ativamente do debate e das decisões que envolvem a agenda técnica e estratégica sobre mudança do clima.



Public Consultation Process on the New Agreement (Post-2015)

Public sector participation in the process of preparing and implementing decisions agreed upon under the Framework Convention is becoming increasingly relevant. Negotiations based on a top-down approach, similar to one adopted for the Kyoto Protocol, are giving way to negotiations based on values proposed on a bottom-up basis, where countries report, according to their capabilities, the level of commitment that can be negotiated.

In fact, a new agreement is being negotiated under the UN Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) that must be submitted in 2015 for implementation from 2020. This new agreement is based on the so-called “nationally determined contributions” (NDC), which represent the intended contribution of each country to the global effort to combat climate change.

It is extremely important that the Brazilian government makes commitments before the international community that are feasible at the domestic level, as defined according to Brazil’s current structure and development level.

With the aim of increasing legitimacy and raising the level of ambition in the negotiations, the Brazilian Ministry of External Relations (MRE) initiated a comprehensive process of consultations that will lead to the establishment of its “nationally determined contributions.” According to a decision made in Warsaw, countries should report such contributions to the UNFCCC before COP-21, which will be held in Paris in December 2015.

The Brazilian Industry Climate Network recognizes the efforts being made by the Ministry of External Relations of Brazil to promote a fruitful dialogue with Brazilian society, which has facilitated and lent effectiveness to the participation of the industrial sector in shaping its positioning on this agenda.

Although the responsibility of Brazilian industry for greenhouse gas emissions in Brazil is very small, it believes

that it has much to contribute to this global path toward a low-carbon economy.

It is necessary, however, to implement national public policies designed to encourage the adoption of low-carbon solutions in industry, preserving its competitiveness and providing incentives for using less-emitting fuels and energy sources.

Brazilian industry has been participating actively in this process of national preparedness, contributing with the MRE in defining the position that the Brazilian government will take in the multilateral negotiations on climate change. It is worth mentioning that this paper tried to follow the same reasoning adopted in the report that consolidated the contributions of Brazilian society in the first phase of consultations.

Mitigation

Brazil’s contribution to the new agreement under the Convention should give priority to mitigation actions that can generate collective benefits and reduce the growth rate of emissions as a whole, so as to promote its sustainable development, economic opportunities and a better quality of life.

With respect to the time horizon, Brazilian industry believes that the new agreement under the Convention could define the year 2030 as the first time horizon for implementing and complying with the mitigation actions agreed upon as the national contribution, with the possibility of defining an intermediate date.

The modality to be adopted for measuring the contribution of countries to reduce emissions is a matter of great complexity and relevance. The economic implications of each modality being negotiated should be better understood for industry to position itself safely.





It might even be convenient to create a new modality that better meets the interests of Brazil.

In any event, industry believes that such benchmark methodology should:

- ✓ quantify the historical contribution of countries to climate change;
- ✓ ensure that any commitments to reduce emissions made by Brazil do not impose restrictions on international trade.
- ✓ promote the establishment of incentives for industrial processes that are less carbon-intensive or that could potentially have this comparative advantage.
- ✓ ensure that any commitments to reduce emissions made by Brazil do not impose restrictions on international trade.

Domestically, the low contribution of Brazilian industry to climate change should be recognized. For this purpose, actions taken in advance to reduce emissions from industry should also be considered.

Adaptation to Climate Change

Brazil is a country that is very vulnerable to climate change not only because of its geographical location and biological and ecosystemic diversity, but also due to its socioeconomic characteristics. For this reason, Brazil has begun to take steps in national and international arenas to minimize current and future adverse effects of such a change and also to explore possible opportunities.

Climate change is a serious source of risk for which adaptation is the best approach for minimizing impacts or exploring opportunities. Risk assessment is a complex task that entails many uncertainties and also requires a multidisciplinary approach to the scientific, social and economic aspects involved.

While mitigation actions require a joint and coordinated response at international level, adaptation initiatives must be defined and implemented at national or even regional level, as their impacts and vulnerabilities are specific to each site.

It is also imperative to increase scientific knowledge and develop a more refined interpretation of existing data,



so that more reliable and useful scenarios may be built to cope with the expected changes. This would improve the dialogue on the subject and, consequently, strengthen the agenda as well.

With the aim of better coordinating this agenda, CNI established the Technical Chamber for Adaptation, which is made up of members of the Climate, Water, Biodiversity and Forest networks. Since it was established, in February 2014, this Chamber has been working to define the best strategy for better understanding climatic risks to which industry is exposed, to identify its vulnerabilities and also to minimize negative impacts and maximize opportunities.

Industry will thus be able to contribute in a more qualified manner to the National Adaptation Plan, which may be presented as part of the Brazilian national contribution to the new agreement under the Convention.

Means of Implementation

Industry believes that Brazil's contribution to the new agreement can be implemented with resources of its own, at least partially, which doesn't mean that international support or mechanisms made available under the Convention would not be used.





Principle of Common But Differentiated Responsibilities

Brazilian industry supports the continued application of the principle of “common but differentiated responsibilities” to guide Brazil’s contribution to the new agreement. The burden sharing of the global mitigation effort should keep the historical perspective of the accountability of developed countries, while Brazil, along with other major developing countries, would commit to more ambitious contributions than other developing countries.

In this context, corroborating what industry has already reported on previous occasions, it is crucial that the following aspects are considered in the negotiations on the future of the regime:

- (i) uncertainties in the global economic environment;
- (ii) the oversupply of manufactured goods in the global market;
- (iii) Brazil’s low GDP growth in 2013;
- (iv) difficulties faced by Brazilian enterprises to make new investments and bear additional costs without jeopardizing their competitiveness;
- (v) the Brazilian energy security, which still requires a corresponding supply of fossil fuels to meet the economic development needs of the country;
- (vi) access to improved quality of life for poor people globally and in different regions.

The paper *Visão da Indústria Sobre o Atual Estágio do Processo Negociador* (Industry’s View on the Current Stage of the Negotiation Process) was developed based on dialogue and cooperation with the institutions that make up the Brazilian Industry Climate Network. The Climate Network is coordinated by CNI and its members include State-level Federations of Industries, Industry Associations and some large enterprises that are taking an active part in the discussions and decisions related to the technical and strategic agenda on climate change.



Proceso de Consulta Pública para el Nuevo Acuerdo (Post-2015)

Es cada vez más relevante la participación del sector privado en el proceso de elaboración e implementación de las decisiones acordadas en el ámbito de la Convención Marco. Las negociaciones basadas en el abordaje top-down, en los moldes del Protocolo de Kioto, están cediendo espacio frente a las tratativas basadas en valores que surgen desde la base (bottom-up), en que los países informan, de acuerdo con sus capacidades, el nivel de compromiso que puede ser objeto de negociación.

De hecho. Está en negociación en el ámbito de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (CMNUCC), que debe ser presentado en el 2015, para entrar en vigor a partir del 2020. La base de este nuevo acuerdo son las llamadas “contribuciones nacionalmente determinadas” (NDC), que representan la contribución que se pretende que cada país haga al esfuerzo global de combate al cambio climático.

Es de extrema relevancia que el gobierno brasileño se comprometa ante la comunidad internacional a asumir compromisos que sean factibles en la esfera nacional, definidos de acuerdo con la actual estructura y nivel de desarrollo de Brasil.

El Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE), con miras a aumentar la legitimidad y el grado de ambición en las negociaciones, dio inicio a un proceso consultivo amplio, que culminará con el establecimiento de sus “contribuciones nacionalmente determinadas”. De acuerdo con la decisión obtenida en Varsovia, los países deberán comunicar dichas contribuciones a la CMNUCC en un período anterior a la COP-21, que se realizará en París, en diciembre de 2015.

La Red Clima de la Industria Brasileña reconoce el esfuerzo del Ministerio de Relaciones Exteriores de fomentar un diálogo fructífero con la sociedad brasileña, que ha facilitado y otorgado efectividad a la participación del sector industrial en la formación del posicionamiento en esa agenda.

Y la industria brasileña, que pese a tener una responsabilidad muy pequeña en las emisiones de gases de efecto invernadero en Brasil, cree que puede contribuir mucho en este camino mundial rumbo a una economía de bajo carbono.

Es necesario, sin embargo, que sean implementadas políticas públicas nacionales que incentiven la adopción de soluciones de bajo carbono en la industria, preservando su competitividad, así como la aplicación de incentivos que permitan utilizar combustibles y fuentes energéticas menos emisoras.

La industria brasileña ha participado efectivamente en este proceso de preparación nacional, contribuyendo con el MRE a la elaboración de la posición de gobierno que será llevada a la negociación multilateral sobre cambio climático. Vale mencionar, inclusive, que el presente documento intentó seguir la misma línea de razonamiento adoptada por el informe que consolidó las contribuciones de la sociedad brasileña en la primera fase de consultas.

Mitigación

La contribución de Brasil al nuevo acuerdo dentro de la Convención debe optar prioritariamente por acciones de mitigación que generen beneficios colectivos y que reduzcan la tasa de crecimiento de las emisiones en su conjunto, para fomentar el desarrollo sostenible del país”, así como oportunidades económicas y mejoras de la calidad de vida.

Con relación al horizonte temporal, la industria brasileña entiende que el nuevo acuerdo dentro de la Convención puede definir al año 2030 como primer horizonte temporal para la implementación y cumplimiento de las acciones de mitigación de la contribución nacional, pudiendo ser definida una fecha de referencia intermedia.

Un aspecto de gran complejidad y relevancia es la mo-





dadidad para la mensuración de la contribución de los países en la reducción de emisiones. Es necesario comprender mejor las implicaciones económicas de cada una de las modalidades que están en la mesa de negociaciones, para que el sector pueda posicionarse con seguridad. Es posible, inclusive, que sea oportuna la creación de una nueva modalidad, que responda mejor a los intereses del País.

De todos modos, el sector industrial entiende que esa metodología de referencia debe:

- ✓ cuantificar la aportación histórica de los países para el cambio climático;
- ✓ garantizar que eventuales compromisos de reducción de emisiones asumidos por Brasil no representen restricciones a operaciones de comercio internacional.
- ✓ fomentar el establecimiento de incentivos a procesos industriales que tengan menor intensidad de carbono o que potencialmente puedan llegar a tener ese diferencial comparativo.
- ✓ garantizar que eventuales compromisos de reducción de emisiones asumidos por Brasil no representen restricciones a operaciones de comercio internacional.

Internamente, es necesario reconocer la baja contribución del sector industrial brasileño al cambio climático. Esto implica, inclusive, considerar las acciones tomadas anticipadamente para la reducción de emisiones en el sector.

Adaptación al Cambio Climático

Brasil es un país bastante vulnerable al cambio climático, no apenas por su ubicación geográfica y diversidad biológica y ecosistémica, sino también por sus características socioeconómicas. Frente a esto, Brasil comienza a emprender esfuerzos, en las arenas nacional e internacional, para minimizar los efectos adversos actuales y futuros de dicho cambio y también explorar eventuales oportunidades.

Los cambios climáticos representan una seria fuente de riesgo para los cuales la adaptación es la respuesta para minimizar impactos o explorar oportunidades. La evaluación de riesgo es una tarea compleja, con muchas incertidumbres asociadas y también exige un enfoque multidisciplinario sobre los aspectos científicos, sociales y económicos asociados.



Aunque acciones de mitigación requieran una respuesta conjunta y coordinada a nivel internacional, las iniciativas en materia de adaptación deberán ser definidas e implementadas en el ámbito nacional o inclusive regional, porque los impactos y las vulnerabilidades son específicos para cada local.

Es imperativo, también, un incremento del conocimiento científico y una interpretación más refinada de los datos existentes, para que sean construidos escenarios más confiables y útiles para el enfrentamiento de los cambios esperados. De esa manera, el diálogo sobre el tema será más calificado y, consecuentemente, la agenda será fortalecida.

Para coordinar mejor esa agenda, la CNI estableció la Cámara Técnica de Adaptación, formada por miembros de las Redes Clima, Agua, Biodiversidad y Bosque. Desde su establecimiento, en febrero de 2014, la CT ha buscado la mejor estrategia para conocer mejor los riesgos climáticos a los que la industria está expuesta, para identificar sus vulnerabilidades y también para minimizar los impactos negativos y maximizar las oportunidades.

En este sentido, la industria estará apta a contribuir de manera más calificada con el Plan Nacional de Adaptación, que podrá ser presentado como parte de la contribución nacional de Brasil al nuevo acuerdo dentro de la Convención.

Medios de Implementación

La industria entiende que la contribución de Brasil al nuevo acuerdo podrá ser, al menos en parte, implementada con recursos propios, sin renunciar al apoyo internacional o de la utilización de mecanismos bajo la Convención

Principio de las Responsabilidades Comunes Pero Diferenciadas

La industria brasileña defiende el mantenimiento de la aplicación del principio de las “responsabilidades comunes, pero diferenciadas” para orientación de la contribución de Brasil al nuevo acuerdo. La distribución del esfuerzo global de mitigación debe mantener la perspectiva histórica de responsabilización de los países desarrollados, al mismo tiempo en que le correspondería a Brasil, conjuntamente con otros grandes países en desarrollo, asumir contribuciones más ambiciosas que los demás países en desarrollo.

En este contexto, corroborando lo que la industria ya informó en ocasiones anteriores, es fundamental que en las negociaciones sobre el futuro del régimen sean considerados:

(i) las incertezas del escenario económico global; (ii) la súper oferta de productos industrializados en el mercado mundial; (iii) o bajo crecimiento del PIB en Brasil en 2013; (iv) la dificultad de las empresas brasileñas para hacer nuevas inversiones y absorber costos adicionales sin perder la competitividad; (v) la seguridad energética brasileña, que todavía requiere la correspondiente oferta de combustibles fósiles para satisfacer las necesidades del desarrollo económico nacional; (vi) el acceso a la mejoría de la calidad de vida de las poblaciones carentes en el ámbito global y en las diferentes regiones.

El documento “Visión de la Industria Sobre la Fase Actual del Proceso Negociador” fue construido en diálogo y colaboración con las instituciones que integran la Red Clima de la Industria Brasileña. La Red Clima es coordinada por la CNI y sus miembros son las Federaciones de Industrias de los Estados, Asociaciones Sectoriales y algunas grandes empresas, que participan activamente en el debate y las decisiones que involucran la agenda técnica y estratégica sobre cambio climático.

